

Paisagens e territórios na Raia Central Ibérica

Lúcio Cunha

A linha de investigação nº 1 do Centro de Estudos Ibéricos agrupa um conjunto de investigadores que, sob o tema genérico "Territórios, margens e mobilidades: dinâmicas, organização, requalificação", desenvolvem trabalho com o objectivo de melhor compreender as dinâmicas actuais de paisagens e territórios em mudança e, particularmente, dos que marcam o espaço da Raia Central Ibérica.

Nunca como hoje as rápidas transformações que se registam na economia, na sociedade e na cultura, mas também na natureza e no ambiente, têm reflexos directos ou indirectos, imediatos ou a prazo, tão significativos nos territórios e nas populações que os constroem, utilizam e vivem. Com efeito, da escala global à escala local, passando, necessariamente pelos níveis escalares nacional e regional, mudam tempos e modos de vida, assim como se transforma a organização económica da sociedade e os modos de vivência social e cultural dos cidadãos. Ao mesmo tempo que aumenta a pressão sobre a natureza e os seus recursos, que o ambiente se degrada e que aumentam os impactes ambientais de muitas das actividades humanas, encontram-se novas funcionalidades para o uso de territórios marginais, promove-se a valorização de ambientes pouco degradados e de paisagens rurais tradicionais, revitaliza-se o usufruto do património cultural de pequenos centros urbanos, enfim, dá-se expressão material e simbólica a novos recursos que assim se integram nas políticas de desenvolvimento local e regional.

A Raia Central Ibérica, área de trabalho privilegiada para o CEI, constitui um dos mais acabados produtos da dialéctica histórica entre a sociedade e o meio natural. A posição periférica que ocupa no contexto dos dois países ibéricos tem levado ao progressivo abandono das actividades rurais mais tradicionais (agricultura, pastorícia, actividade silvícola), ao despovoamento e ao envelhecimento da população, à desarticulação do sistema produtivo e à desestruturação da própria rede urbana. Paralelamente, a fraca pressão humana e as actividades tradicionais que, ainda hoje, se desenvolvem têm conduzido a uma qualidade ambiental e paisagística que, em muito, poderão servir para valorizar economicamente e requalificar, social e territorialmente, as gentes e os espaços.

Em Portugal, o território da Raia Central, que

corresponde a grande parte dos distritos de Guarda e Castelo Branco, apresenta um complexo e rico mosaico de paisagens, indelevelmente marcadas pela presença humana, mas que têm na natureza os seus valores principais. Aqui podem ser observadas soberbas e vigorosas paisagens de montanha, nas Serras da Estrela, Gardunha e Malcata ou nas rochosas cristas quartzíticas da Marofa, Penha Garcia ou Ródão. A maior parte do território corresponde, no entanto, a restos de extensas e antigas superfícies de aplanamento: de Norte para Sul passamos da chamada "Meseta" para a "Superfície de Castelo Branco" e para a "Superfície do Alto Alentejo" ou "Campinas da Idanha". Nestas extensões aplanadas encaixam vigorosamente os seus vales, o Douro, o Tejo e alguns dos seus afluentes. A tectónica de fracturação, responsável pelo levantamento das serras da Cordilheira Central, está, também, na origem de algumas áreas deprimidas, a mais importante das quais é a Cova da Beira, situada entre as Serras da Estrela e da Gardunha, onde, em função de características climáticas muito particulares, impostas pela protecção conferida pela Serra da Estrela aos ventos oceânicos predominantes, se desenvolve uma próspera e promissora actividade agrícola ligada, sobretudo, à fruticultura. A Serra da Estrela, cuja imagem, para além do simbolismo que representa o facto de aqui se atingir o ponto mais alto do Continente e dos traços associados à actividade essencialmente pastoril da sociedade que tradicionalmente nela e dela viveu, vem, também, das marcas deixadas neste sector mais elevado pelos gelos que o ocuparam pelo menos durante o último período frio do Quaternário (vastas superfícies polidas, vales glaciares, com os seus ferrolhos e depressões de escavamento subglaciar, rochas aborregadas e formações morénicas).

As características climáticas francamente mediterrâneas, atenuadas em altitude ou reforçadas nos encaixados vales da Terra Quente Duriense, são responsáveis por um quadro biogeográfico de transição entre o Norte e o Sul do país. Da vegetação natural e, particularmente, das vastas florestas de *Quercus* (carvalhos de folha caduca, mais a Norte, e sobreiros e azinheiras de folha persistente, mais a Sul) que terão ocupado a área após o último período glacial, muito pouco resta. Uma História de forte antropização, que inclui arroteamentos para a prática agrícola,

queimadas ligadas à pastorícia, derrubes maciços da floresta, rearborizações mono-específicas de pinheiro e eucalipto e, mais recentemente, o escandaloso flagelo dos incêndios florestais, foi responsável por significativas modificações na estrutura e composição da vegetação. Além dos pinhais e eucaliptais recentes que, em muitos casos, se substituem aos abandonados terrenos agrícolas, podem, no entanto, ainda ser observados alguns tufos de carvalhos e castanheiros, nas regiões mais a Norte, e de sobreiros e azinheiras, nos sectores meridionais, que teimam em testemunhar a passagem dos ambientes mais húmidos e frescos do Norte para os mais secos e quentes do Sul, separados por terrenos de cultura semi-abandonados e por vastas áreas de matos de urzes, giestas e carquejas.

Uma história de progressivo despovoamento nas áreas rurais, particularmente intensa a partir dos anos sessenta do século passado, em consequência da in adequação e insustentabilidade dos tradicionais modos de vida agro-silvo-pastoris e do baixo nível de urbanização e de industrialização, faz com que grande parte da região apresente muito baixas densidades populacionais. A emigração para a Europa e as saídas da população activa para os grandes centros nacionais, primeiro, e a atracção pelos centros urbanos regionais, mais promissores em termos de oportunidades de emprego e com uma qualidade de vida por vezes invejável face à dos grandes centros, mais recentemente, em muito contribuíram para criar uma dinâmica demográfica responsável pelo despovoamento, envelhecimento e, mesmo, empobrecimento dos vastos espaços rurais raianos.

Em função do reforço e do aumento de qualidade das vias rodoviárias, ao longo do eixo Castelo Branco, Covilhã, Guarda, com ligação à fronteira, à Espanha e à Europa, estruturaram-se hoje as principais actividades económicas, as relações comerciais e as oportunidades de investimento e emprego da região.

A movimentação e riqueza da paisagem, a fraca degradação das condições ambientais e a riqueza ecológica da fauna e da flora fazem com que existam espaços mais ou menos circunscritos com elevado valor ambiental, alguns dos quais se encontram inscritos na rede nacional de áreas protegidas (Parques Naturais da Serra da Estrela, Douro Internacional, Tejo Internacional e Reserva Natural da Serra da Malcata).

Assim, na Raia Central, o património natural, arquitectónico, histórico-arqueológico e agro-pastoril constitui-se como um importante recurso, que a par dos espaços termais, desempenha um significado fundamental em termos das novas modalidades e formas de procura turística, desportivas e de lazer. Por isso, quer no se refere a estratégias de desenvolvimento mais restritas, sectoriais e locais, quer no que respeita a estratégias e políticas de desen-

volvimento integradas de cariz mais regional, este património, a um tempo símbolo e testemunho da articulação ancestral do homem com a natureza, merece ser estudado, preservado e divulgado.

Atento aos problemas da região onde se instala, o CEI procura estudar os seus territórios e paisagens, tendo como objectivo a compreensão dos seus modos de organização, das dinâmicas que lhe são inerentes e das requalificações, planeadas ou não, a que terão forçosamente de sujeitar-se no quadro das actuais políticas de desenvolvimento.

Assim, para o painel dedicado ao estudo das paisagens e territórios, o CEI convidou um conjunto de investigadores de diferentes formações que, através dos trabalhos que desenvolvem, permitirão enriquecer os conhecimentos acerca da Raia Central Ibérica, ajudando a fazer um levantamento mais completo dos problemas e a perspectivar soluções para as muitas questões de desenvolvimento e articulação territorial que aqui se colocam.

Os três trabalhos que se seguem, fruto das apresentações e discussões realizadas nas Conferências de Dezembro sobre Territórios e Culturas Ibéricas, correspondem a três perspectivas claramente complementares sobre os grandes problemas territoriais da Raia Central Ibérica. No primeiro texto, "Dinâmicas e transformações nas Serras da Cordilheira Central Ibérica: da (des)articulação produtiva à (re)valorização económica", Gonçalo Poeta Fernandes dá-nos conta das trajectórias seguidas pelos espaços de montanha, com a progressiva desarticulação das suas estruturas sócio-económicas e da sua integridade territorial, e dos desafios actuais face a uma procura crescente com novos usos, novos utilizadores e novos problemas. O bolsheiro do CEI, Jerónimo Jablonski, traz-nos um trabalho sobre "Sítios de interesse geológico como património cultural e recurso sócio-económico", em que chama a atenção para as enormes potencialidades da geodiversidade da área raiana e em que propõe alguns meios e métodos para o seu melhor estudo, preservação e valorização. Finalmente, Prudência Valente, também bolsheira do CEI, apresenta um estudo sobre a "Qualidade de vida na cidade da Guarda" em que, para além de apresentar os principais valores que dão à cidade uma qualidade de vida invejável nalguns aspectos, traça o quadro da diferenciação territorial do espaço urbano capaz de permitir intervenções inteligentes sobre a cidade, de modo a criar uma articulação mais coerente e justa dos espaços urbanos.

Ainda que se trate de um pequeno passo, esperamos que os contributos aqui deixados sirvam, de algum modo, para ajudar a estabelecer um diagnóstico correcto que permita à Raia encontrar o seu caminho em termos de um desenvolvimento que se pretende económica e socialmente equilibrado e territorialmente sustentável.